

RESULTADOS CONQUISTADOS PONTO A PONTO.



MULTIPLUS S.A.
CNPJ/MF nº 11.094.546/0001-75

Comentário de desempenho da administração Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

Senhores Acionistas,
A Multiplus encerrou o exercício de 2013 com 12,2 milhões de participantes e 472 parcerias, um crescimento de 11,9% e 27,9%, respectivamente. Entre os parceiros, podemos destacar a Netshoes, PBKIDS, Unidas, Super Muffato, Imaginarium e Trip Advisor.

Em 2013, continuamos trabalhando para aprimorar a qualidade da rede Multiplus, adicionando cada vez mais parcerias relevantes, como é o caso da maior loja virtual de comércio esportivo do país, a Netshoes e de uma grande loja virtual de brinquedos, a PBKIDS, que juntos com os demais parceiros, fortaleceram a rede e fomentaram os resgates não-aéreo, que atingiram 9,2% do total em 2013.

Renovamos o contrato operacional entre Multiplus e TAM Linhas Aéreas, visando garantir a sustentabilidade do nosso negócio no longo prazo e desde 1º de junho os nossos participantes estão usufruindo de um mecanismo ainda melhor para o resgate de passagens aéreas. Aprimoramos nossa estrutura de governança corporativa ao criar o Comitê de Finanças, Auditoria, Governança e Partes Relacionadas, além de adicionar mais dois membros ao Conselho de Administração, aumentando de 20% para 30% o percentual de conselheiros independentes.

Tornamos a nossa interação com o participante mais simples e amigável por meio da primeira versão do nosso aplicativo móvel (disponível para iOS e em breve para Android) no qual é possível, entre outras funcionalidades, consultar e alterar dados cadastrais, ver o saldo e as últimas transações e localizar os parceiros da rede.

Quanto aos resultados, a Multiplus encerrou o exercício de 2013 com 83,7 bilhões de pontos emitidos. O faturamento de pontos totalizou R\$2.009 milhões. A Companhia apresentou uma receita de serviços e pontos resgatados de R\$1.650 milhões e um lucro líquido de R\$232,1 milhões, representando uma margem líquida de 14,1%.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Informações Operacionais	2012	2013	2013 vs 2012
Participantes (milhões)	10,9	12,2	11,9%
Parcerias	369	472	27,9%
Pontos emitidos (milhares)	85.174	83.750	-1,7%
TAM Linhas Aéreas - TLA	17.424	16.347	-6,2%
Bancos, Varejo, Indústria e Serviços	67.750	67.399	-0,5%
Outros produtos / serviços	-	4	N.A.
Pontos resgatados (milhares)	65.860	69.662	5,6%
Passagens aéreas	62.317	63.163	1,4%
Outros produtos / serviços	3.543	6.399	80,6%
Taxas de Breakage (média últ. 12m,%)	21,0%	18,5	2,5p.p.
Número de funcionários	150	181	20,7%

Parcerias: total de 472, com crescimento de 11,9% em relação a 2012, resultado da estratégia da Companhia de construir sua rede diversificada de parceiros.

Pontos emitidos: 83,8 bilhões, com variação de -1,7% em comparação a 2012, devido a evolução negativa dos pontos emitidos para a TAM Linhas Aéreas.

Pontos resgatados: 69,6 bilhões de pontos Multiplus resgatados em 2013, provenientes do maior engajamento dos clientes na rede.

Breakage (média dos últimos 12 meses): 18,5%, comparado a 21,0% em 2012.

Balanco patrimonial em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	Nota	2013	2012
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	10.577	39.811
Ativos financeiros mensurados ao valor justo	5.5	1.253.899	849.870
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	6	150.426	150.426
Contas a receber	9	131.081	138.430
Tributos a recuperar		8.227	3.790
Partes relacionadas	10	19.176	16.964
Adiantamentos a fornecedores	12	6.409	11.572
Demais contas a receber		12.107	1.537
		1.441.476	1.212.390
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	11	194	5
Depósitos judiciais		23	5
Adiantamentos a fornecedores	12	9.645	9.645
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	5.974	16.011
Investimentos	14	7.083	4.369
Imobilizado		8.289	2.530
Intangível	15	76.064	56.965
		97.433	89.719
Total do ativo		1.538.909	1.302.109

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Faturamento da venda de pontos (Em R\$ mil)	2012	2013	2013 vs 2012
Faturamento da venda de pontos	1.870.970	2.008.975	7,4%
TAM Linhas Aéreas - TLA	226.619	206.140	-9,0%
Bancos, Varejo, Indústria e Serviços	1.644.351	1.802.538	9,6%
Outros produtos	-	297	N.A.

Faturamento da venda de pontos: R\$2.009 milhões, com crescimento de 7,4% sobre 2012, principalmente devido ao crescimento de 9,6% registrado no faturamento da venda de pontos para bancos, varejo, indústria e serviços.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Demonstração de Resultado (Em R\$ mil)	2012	2013	2013 vs 2012
Receita líquida	1.476.014	1.650.810	11,8%
Total dos custos dos serviços prestados	(1.092.431)	(1.218.238)	11,5%
Equivalência patrimonial	(2.203)	(8.314)	277,44%
Lucro Bruto	381.380	424.259	11,2%
Total das despesas operacionais	(145.976)	(147.650)	1,1%
Total dos custos e despesas operacionais	(1.240.610)	(1.374.201)	10,8%
Lucro operacional	235.404	276.609	17,5%
Despesas/receita financeira	87.203	88.180	1,1%
hedge	17.647	(19.502)	-210,5%
Lucro antes do IR e CS	340.255	345.287	1,5%
Imposto de renda e Contribuição social	(115.950)	(113.198)	-2,4%
Lucro líquido no período	224.305	232.089	3,5%

Receita de serviços e pontos resgatados: R\$1.650 milhões, comparado a R\$1.476 milhões em 2012, devido, principalmente, ao crescimento do volume de pontos resgatados.

Custos dos serviços e resgate de pontos: R\$1.218 milhões, comparado a R\$1.092 milhões em 2012, resultante do aumento da quantidade de pontos resgatados.

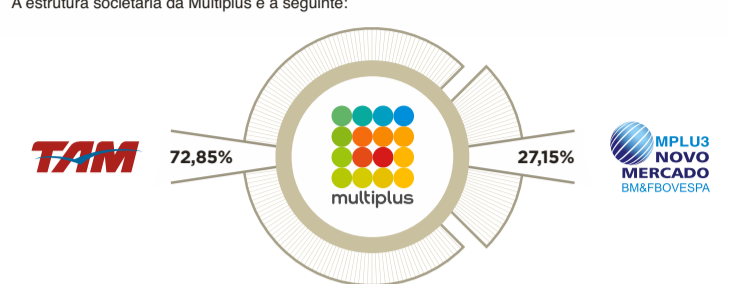
Despesas Operacionais: R\$148 milhões, comparados a R\$146 milhões em 2012, decorrente, em especial, do aumento do quadro de funcionários e do aumento das despesas com assessorias e consultorias, principalmente as relacionadas com a área de TI.

Resultado financeiro: R\$69 milhões, comparados a R\$104 milhões em 2012, principalmente devido aos juros sobre as aplicações financeiras da caixa da Multiplus, líquidos de outras despesas financeiras, tais como juros passivos, impostos sobre as operações financeiras e hedge accounting.

Lucro líquido: R\$232 milhões, comparado a R\$224 milhões em 2012, sensivelmente majoritariamente pela valorização cambial.

MERCADO DE CAPITAIS

A estrutura societária da Multiplus é a seguinte:



DESEMPENHO DAS AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2013, as ações MPLU3 estavam cotadas a R\$29,92, representando uma valorização de 129,1% desde o início da oferta de ações e um valor de mercado de R\$4,8 bilhões. Em 2013, a variação foi de -37,2% comparada à valorização de -17,4% do índice Ibovespa (IBOV), e o volume médio diário de negociação foi de, aproximadamente, R\$ 20,7 milhões.

MPLU3 vs IBOV (base 100)



RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, não contratamos nossos auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da Auditoria externa, relacionados à revisão de obrigações fiscais acessórias e outros.

Demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto lucro por ação

	Nota	2013	2012
Receita líquida	20	1.650.810	1.476.014
Custos dos serviços e resgates de pontos	21	(1.218.238)	(1.092.431)
Lucro bruto		432.572	383.583
Despesas com vendas	21	(38.550)	(41.062)
Despesas gerais e administrativas	21	(109.099)	(104.914)
Lucro operacional		284.923	237.607
Receitas financeiras	23	92.921	89.073
Despesas financeiras	23	(4.741)	(1.869)
Derivativos designados como hedge de fluxo de caixa	23	(19.502)	17.647
Resultado financeiro líquido		68.678	104.851
Resultado de equivalência patrimonial em joint venture	14	(8.314)	(2.203)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		345.287	340.255
Imposto de renda e contribuição social	13	(113.198)	(115.950)
Lucro líquido do exercício		232.089	224.305
Lucro líquido por ação - em R\$			
Básico	24	1,43293	1,38860
Diluído	24	1,42770	1,38166

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Reservas de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Custo na emissão de ações			
Em 31 de dezembro de 2011	93.722	(23.322)	11.453	18.744	192.752
Lucro líquido do exercício					224.305
Hedge de fluxo de caixa				(298)	(298)
Hedge de fluxo de caixa - realizado				(4.896)	(4.896)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				1.766	1.766
Total do resultado abrangente				(3.428)	224.305
Aumento de capital	9.164				9.164
Plano de remuneração baseado em ações			8.155		8.155
Pagamento de dividendos - RCA(i) 09/02/2012, efetivado em 23/02/2012				(192.752)	(192.752)
Destinação dos lucros do exercício:					
Constituição de reserva legal			1.833		(1.833)
Pagamento de dividendos conforme RCA de 7/11/2012, efetivado em 19/11/2012 - R\$ 0,90661 / ação				(146.810)	(146.810)
Pagamento de JCP(ii) conforme RCA de 7/11/2012, efetivado em 19/11/2012 - R\$ 0,05265 / ação				(8.526)	(8.526)
Constituição de reserva de lucros a distribuir				67.136	(67.136)
Total da contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas:	9.164		8.155	1.833	(125.616)
Em 31 de dezembro de 2012:	102.886	(23.322)	19.608	20.577	67.136

(i) RCA - Reunião do Conselho de Administração
(ii) JCP - Juros Sobre Capital Próprio

	Reservas de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
	Capital Social	Custo na emissão de ações			
Em 31 de dezembro de 2012:	102.886	(23.322)	19.608	20.577	67.136
Lucro líquido do exercício					232.089
Hedge de fluxo de caixa				47.033	47.033
Hedge de fluxo de caixa - realizado				(10.396)	(10.396)
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(12.456)	(12.456)
Total do resultado abrangente				24.181	232.089
Plano de remuneração baseado em ações (Nota 22)			4.863		4.863
Pagamento de dividendos e JCP(ii) conforme RCA(i) de 27/02/2013, efetivado em 18/03/2013				(67.136)	(67.136)
Destinação dos lucros do exercício:					
Constituição de reserva legal			121		(121)
Pagamento de dividendos intermediários e JCP conforme RCA de 08/05/2013, efetivado em 22/05/2013 (Nota 18g)				(44.508)	(44.508)
Pagamento de dividendos intermediários e JCP conforme RCA de 07/08/2013, efetivado em 20/08/2013 (Nota 18g)				(54.563)	(54.563)
Pagamento de dividendos intermediários e JCP conforme RCA de 06/11/2013, efetivado em 22/11/2013 (Nota 18g)				(58.896)	(58.896)
Aumento de Capital conforme RCA 04/12/2013 (Nota 18b)	607				607
Constituição da reserva de lucros a distribuir				74.001	(74.001)
Total da contribuição dos acionistas e distribuição aos acionistas:	607		4.863	121	6.865
Em 31 de dezembro de 2013:	103.493	(23.322)	24.471	20.698	74.001

(i) RCA - Reunião do Conselho de Administração
(ii) JCP - Juros Sobre Capital Próprio

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional
Multiplus S.A. ("Multiplus" ou "Companhia") é uma sociedade domiciliada em São Paulo, SP, Brasil, constituída em 6 de agosto de 2009, que tem como objeto social o desenvolvimento e gerenciamento de programas de fidelização de clientes, a comercialização de direitos de resgate de prêmios no âmbito dos programas de fidelização de clientes, a criação de bancos de dados de pessoas físicas e jurídicas, a obtenção e processamento de informações transacionais referentes a hábitos de consumo, a representação de outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras, e a prestação de serviços auxiliares ao comércio de bens e produtos, incluindo, porém não se limitando, a sua importação e exportação, além da aquisição de itens e produtos relacionados, direta e indiretamente, à consecução das atividades anteriormente descritas.
Multiplus é uma companhia aberta no âmbito do "Novo Mercado" da BMF&Bovespa desde 3 de fevereiro de 2010, tendo efetuado uma oferta Pública de Ações em 5 de fevereiro de 2010. A Companhia negocia suas ações sob a sigla MFLU3.
A principal fonte de receita da Companhia advém da emissão de pontos Multiplus para os parceiros comerciais, incluindo a TLA (TAM Linhas Aéreas), os quais, por sua vez, oferecem esses pontos aos seus participantes para que sejam resgatados por prêmios. Nesse âmbito, a Companhia permite que os seus participantes acumulem pontos Multiplus ao realizarem suas compras e os resgatem por prêmios por meio dos programas dos parceiros comerciais de coalizão.
Além da venda de pontos, a Companhia também oferece o gerenciamento de programas de fidelização para parceiros comerciais. A Multiplus prestava esse serviço à TLA até 15 de setembro de 2013, quando foi rescindido o contrato de prestação de serviços entre as partes, que consistia, basicamente, na operação do Programa TAM Fidelidade.
A Companhia adota um modelo de negócio que difere das coalizões tradicionais, pois é flexível e se origina da junção dos benefícios dos dois modelos existentes: coalizões e programas individuais. Ao invés de substituir os programas dos parceiros, a Companhia os conecta em uma rede mais abrangente. Desta forma, a Companhia não compete, mas coopera com os programas de fidelização de seus parceiros comerciais, dando a estes alternativas de resgates de alta atratividade, ao mesmo tempo em que permite aos parceiros comerciais continuar o relacionamento com seus consumidores. A lista de parceiros comerciais da Companhia inclui importantes empresas de vários setores da economia, como postos de combustível, livrarias, cartões de crédito, bancos, hotéis, restaurantes, supermercados, entre outros. Ao contrário dos programas de fidelização individuais tradicionais, por meio de uma conta Multiplus é permitido que os participantes dos programas de fidelização dos parceiros comerciais decidam se transferirão seus pontos entre os diversos programas de fidelização que compõem a rede Multiplus ou se concentrarão os pontos acumulados de diferentes programas de fidelização em uma única conta Multiplus.
1.1 LATAM Airlines Group S.A.
Conforme Fato Relevante divulgado em 22 de junho de 2012 pela OLM, as companhias TAM S.A. e LAN Airlines S.A. ("LAN") informaram que foi concluída com êxito a Oferta Pública de Permuta de Ações para o Cancelamento de Registro de Companhia Aberta da TAM S.A. e que se tornou eficaz o acordo de acionistas celebrado em 25 de janeiro de 2012 entre TAM, LAN, TEP Chile S.A. e Holdco I S.A. Desta forma, LAN e TAM concluíram em 22 de junho de 2012 seu processo de união, dando origem à LATAM Airlines Group S.A. ("LATAM").
TAM S.A. é controladora da Companhia com 72,87% de participação. A união ora mencionada não altera os termos do Contrato Operacional firmado em 10 de dezembro de 2009 com validade de 15 anos que estabelece os termos e condições que regem o relacionamento entre a Companhia e a TLA (Nota 10).
1.2 Prisma Fidelidade S.A.
Multiplus controla em conjunto com a AIMA Newco UK LLP ("Aimia") a empresa Prisma Fidelidade S.A. ("Prisma") constituída em 2012, cujo objeto social é a prestação de serviços diversos e desenvolvimento de programas relacionados a programas de fidelidade/relacionamento com clientes e programas de incentivos a cadeia de vendas para empresas incluindo, mas sem se limitar, à gestão de relacionamento com clientes, consultoria técnica e consultoria tecnológica, por meio de programas de pontos ou outras moedas de troca passíveis de conversão em pontos de programas de fidelidade (Nota 14).

2. Aprovação das demonstrações financeiras
A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 27 de fevereiro de 2014.
3. Bases de preparação e principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicado de outra forma.
3.1. Base de preparação:
As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as práticas contábeis incluídas na legislação societária e os Pronunciamentos, Orientações e Instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) conforme as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.
A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.
As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo. O valor justo desses ativos e passivos é muito próximo do seu valor contábil, por esta razão não são divulgados os comparativos entre o valor justo e o valor contábil.
3.2. Pronunciamentos contábeis
Não há novos pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis vigentes a partir de 2013 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.
3.3. Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua ("moeda funcional") e são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.
3.4. Caixa e equivalente de caixa
Caixa e equivalente de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimento original de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).
3.5. Ativos financeiros
3.5.1 Classificação
A Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com as seguintes categorias: valor justo mensurado por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, e mantidos até o vencimento. A Companhia não possui nenhum ativo financeiro classificado como disponível para venda. A classificação depende da natureza e finalidade para as quais os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação no momento do reconhecimento inicial.
(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado
Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são aqueles ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Derivativos também são classificados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de proteção (*hedge*). Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.
Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica "Resultado Financeiro" no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado em que a operação protegida foi contabilizada.
(b) Empréstimos e recebíveis
Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em mercado ativo. São avaliados ao custo amortizado e classificados no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados no ativo não circulante. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as "contas a receber", "outras contas a receber" e "caixa e equivalente de caixa", com exceção de alguns investimentos de curto prazo que se enquadram na definição de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	232.089	224.305
Outros componentes do resultado abrangente		
Hedge de fluxo de caixa	47.033	(298)
Hedge de fluxo de caixa - realizado	(10.396)	(4.896)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.456)	1.766
	24.181	(3.428)
Total do resultado abrangente do exercício	256.270	220.877

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto Exercícios findos

Multipius

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia manifesta intenção e possui capacidade financeira para isso.

3.5.2. Reconhecimento e mensuração de ativos financeiros

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de sua propriedade. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, subseqüentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Tais técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e a análise de fluxos de caixa descontados.

3.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los sob uma base líquida, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período do relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas apenas se houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa estimados desse ativo.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como a conta a receber, aqueles que na avaliação individual não representam redução ao valor recuperável podem, subseqüentemente, apresentá-la quando são avaliados coletivamente. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir a experiência passada pela Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso após um período de dias, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis. O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subseqüentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

3.7. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são subseqüentemente remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de proteção (*hedge*) nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). A Companhia adota o *hedge accounting* e designa certos derivativos como instrumento de *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa) (Nota 11).

A necessidade da adoção do *hedge accounting* leva em conta o fato de que o faturamento da Companhia está parcialmente ligado ao dólar norte-americano e o reconhecimento da receita é feito em relação à curva de resgate de pontos, havendo um descasamento entre o momento do acúmulo (faturamento e reconhecimento da receita diferida) dos pontos e o seu efetivo resgate (reconhecimento da receita na demonstração do resultado). Desta forma, o *hedge accounting* tem como principal objetivo a contabilização temporal entre o efeito das operações de *hedge* e sua contabilização, aproximando de forma expressiva o resultado contábil do resultado econômico. Adicionalmente, em uma relação de *hedge* altamente efetiva, espera-se minimizar o impacto da variação do valor justo dos derivativos na linha de resultados financeiros da Companhia.

A Companhia considera os fluxos de caixa oriundos de vendas futuras de pontos como operações altamente prováveis, e classifica os derivativos contratados para a cobertura dos riscos de variação cambial associados a estas vendas como *hedge* de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativo ou passivo no balanço patrimonial e são mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas em cada período como ajustes de avaliação patrimonial em resultados abrangentes no patrimônio líquido, quando as transações forem elegíveis e caracterizadas como um *hedge* efetivo, na modalidade de fluxo de caixa. Eventuais inefetividades calculadas serão registradas como ganhos ou perdas no resultado financeiro do período. O ganho ou perda relacionado com a porção ineficaz é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado dentro do resultado financeiro.

A Companhia documenta, no início de cada operação, a relação entre os instrumentos de proteção (*hedge*) e os itens protegidos, explicitando o objetivo da gestão de risco e estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia também documenta, tanto no início quanto de forma contínua, os cálculos e/ou avaliações demonstrando que as operações de *hedge* são altamente eficazes na redução do risco cambial associado aos itens protegidos.

A parcela efetiva lançada no patrimônio líquido em resultados abrangentes somente será transferida para o resultado do período, em conta de resultado apropriada para o item protegido (receita), quando o item protegido for efetivamente realizado. Todo ganho ou perda acumulado existente permanecerá registrado no patrimônio líquido até que a operação prevista seja realizada (ou prescreva) e seja finalmente reconhecida no resultado operacional. Entretanto, quando um item objeto de *hedge* não for realizado ou quando um *hedge* não atender mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado existente será removido do Patrimônio Líquido, transitando pela linha de resultado financeiro.

A Companhia utiliza o *zero cost collar*, como instrumento de *hedge* e seu cálculo de valor justo é realizados com base no modelo de *Black-Scholes* para opções. Os dados significativos incluídos no modelo foram:

- Preço do ativo-objeto;
- Preço de exercício;
- Volatilidade de preço do ativo-objeto;
- Taxa de juros livre de risco;
- Tempo de duração;
- Taxa de juros em moeda estrangeira.

Os instrumentos são considerados efetivos quando a variação no valor dos derivativos compensa entre 80% e 125% do impacto da variação cambial na receita protegida.

O cálculo do valor justo é realizado por consultoria externa com o objetivo de obter dados através de fonte externa e incluir a Companhia e utiliza como base de informação e cotação a BM&FBovespa e Banco Central do Brasil.

A Companhia não classifica nenhuma operação de derivativos como *hedge* de valor justo ou investimento líquido.

3.8. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de pontos no curso normal das atividades da Companhia. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são contabilmente reconhecidas pelo valor justo no momento inicial e posteriormente avaliadas ao custo amortizado, utilizando a taxa de juros efetiva, menos provisão para perda na realização. Devido à natureza de curto prazo, a Companhia reconhece as contas a receber pelo montante original de venda.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para valores a receber vencidos a mais de 180 dias, exceto para casos de renegociações e entre partes relacionadas. O total da provisão para perdas é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável (Nota 9).

3.9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, exceto nos casos em que estiverem relacionados com itens reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferida é calculada com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço no país em que Companhia atua e gera lucro tribuável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem à interpretação, estabelece provisões, quando apropriadas com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar ou no ativo quando os montantes pagos antecipadamente excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método de passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

As aliquotas definidas atualmente para a determinação do imposto de renda e da contribuição social, correntes e diferidos, são de 25% e 9%, respectivamente (Nota 13). Os tributos diferidos ativos são reconhecidos desde que seja provável que o lucro tribuável futuro seja suficiente para a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. Considerando que tais projeções podem, em virtude disso, sofrer alterações, a administração as revisa periodicamente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são apresentados pelo montante líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando estes estejam sob fiscalização e administração de uma mesma autoridade fiscal. Desta forma, os tributos diferidos ativos e passivos administrados e fiscalizados por diferentes autoridades fiscais ou exigíveis em diferentes territórios, são apresentados em separado, e não pelos seus valores líquidos.

3.10 Investimentos

Controlada em conjunto ("joint venture")

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem o controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em entidades controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia em entidades controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas de *joint venture* for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigação ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*. (Nota 14).

3.11. Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado da Multipius é segregado em classes bem definidas e relacionadas às suas atividades operacionais, a indústria de fidelidade é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, o que requer da administração revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens, o que vem sendo feito consistentemente ao longo dos anos.

Os Ativos imobilizados da Companhia são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução do valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, o ativo imobilizado é composto basicamente por móveis e utensílios, beneficiária em imóveis e outros bens de natureza de informática, a vida útil média dos ativos é de 5 anos.

3.12. Ativo Intangível

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a dez anos.

Custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, na medida em que são incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante o seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

As despesas relacionadas com a manutenção de software são reconhecidas quando incorridas.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos não circulante ("impairment")

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo montante correspondente à diferença entre o valor contábil do ativo e o seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo reduzido dos custos de venda e o valor em uso.

3.14. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivo circulante se o pagamento for devido no período de um ano. Caso contrário, são apresentados como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores são inicialmente reconhecidas na valor justo e subseqüentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. Na prática, devido à natureza de curto prazo da maioria das contas a pagar a fornecedores, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.15. Receita diferida

A Companhia vende pontos aos seus parceiros que são registrados, no momento do faturamento, como uma receita diferida no passivo circulante em contrapartida às contas a receber. Reconhecho assim, a obrigação para com os participantes, que ao decidirem trocar seus pontos por produtos ou serviços dos parceiros da rede, este passivo é baixado contra o reconhecimento da receita de venda de pontos no resultado, e também neste momento é registrado o custo com os produtos e serviços adquiridos dos parceiros para serem entregues aos participantes, de acordo com o princípio da imparcialidade.

Os valores registrados na receita diferida são avaliados pelo seu valor justo no momento da venda detes pontos aos parceiros, e são reconhecidos no resultado no momento do resgate dos pontos, pelo valor original de venda (Nota 17).

3.16. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é feita de forma atenciosa com base em balanços trimestrais, sujeitas à aprovação do Conselho de administração, e o benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado (Nota 17 (g)).

3.17. Benefícios a empregados

(a) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base no programa de participação nos lucros e determinados indicadores operacionais. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

(b) Remuneração com base em ações

A Companhia oferece a determinados empregados e executivos planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações da Companhia, segundo os quais a entidade recebe os serviços como contraprestações por instrumentos de patrimônio líquido (opções) da Companhia. O plano de remuneração baseado em ações é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na Nota 19.

O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direito devem ser atendidas), reduzido pelo impacto de qualquer condição não relacionada ao mercado durante o período de carência (por exemplo, objetivos de lucratividade ou aumento de vendas). Essas condições não relacionadas ao mercado são incluídas nas premissas utilizadas para definição do número de opções esperadas. Na data do balanço, a Companhia revisa suas estimativas de quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições, reconhecendo o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, prospectivamente.

3.18. Custos de transação

Os custos de transação relacionados à abertura do capital da Companhia foram contabilizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 08 - "Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários", reduzindo o valor inicial dos recursos captados, deduzidos dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

3.19. Capital social

O capital social é formado por ações ordinárias e está classificado no patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações e opções são demonstrados no patrimônio líquido como dedução do valor captado, líquido de efeitos tributários.

3.20. Provisões

A Companhia reconhece provisões para despesas ou obrigações quando: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) resultante de eventos passados; (ii) é provável um desembolso de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos e contribuições, e que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões são apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correspondentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma obrigação são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido, mas somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.21. Reconhecimento da receita

O faturamento de pontos Multipius, decorrente da venda aos parceiros comerciais, é contabilizada como receita diferida no momento da emissão dos pontos. Na medida em que os pontos da Multipius são resgatados, o faturamento é reconhecido na demonstração do resultado como receita bruta. Desta forma, a receita bruta na demonstração do resultado é composta pelo valor dos pontos resgatados e pelo valor dos pontos que se estima não serão resgatados (Breakage) (Nota 20).

3.22. Reconhecimento de custos e despesas operacionais

Os principais custos da Multipius estão relacionados aos pontos resgatados (incluindo os pontos prêmios distribuídos), especialmente passagens-prêmio. As despesas operacionais incluem despesas com vendas, gerais e administrativas, incluindo salários, encargos e benefícios, centro de serviços compartilhados, sistemas de informação, call center, jurídicas, marketing e outras (Nota 21).

3.23. Reconhecimento de receita financeira

As receitas de juros são reconhecidas em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e as taxas efetivas ao longo do período até o vencimento ou o encerramento do exercício (Nota 23).

3.24. Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de forma consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o diretor presidente. Devido à base de custos essencialmente fixos das operações da Multipius, embora o tomador de decisões avalie todo o período apresentado sobre receitas em diversos níveis, o desempenho da Multipius é avaliado como um todo, e conclui-se que existe somente um segmento operacional.

3.25. Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas, emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB e que ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013 não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013.

* IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

Aborda a classificação, mensuração e reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição do IAS 39. As alterações estabelecidas por esta norma se referem principalmente a questões como a contabilização de hedges e a reconhecimentos de provisões para perdas de ativos financeiros. Ficará estabelecido que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outro resultado abrangente e não na demonstração de resultado. A vigência da norma está prevista para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

* IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - "Entidades de Investimentos"

Aborda a definição de uma entidade de investimento e estabelece os procedimentos para o seu reconhecimento e mensuração. A norma requer que as entidades reconheçam os seus investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que atualmente a mensuração dos seus investimentos já tem sido feita utilizando-se do método de equivalência patrimonial. A aplicação da IFRS 10 está prevista para os exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014.

* Revisão da IAS 32 - "Compensação de Ativos e Passivos Financeiros"

A Revisão da norma basicamente objetiva dar um esclarecimento a respeito da expressão "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos". Além disso, a revisão estabelecerá os critérios que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. A revisão passará a vigorar para os períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Administração não espera que essa revisão altere relevantemente as suas demonstrações financeiras.

* IFRIC 21 - "Tributos"

A interpretação esclarece que um passivo de tributo deve ser reconhecido no momento em que ocorre o evento que gera o pagamento. Nos casos em que o tributo está condicionado a alguma métrica, o passivo daquele tributo só deve ser reconhecido no momento em que a métrica é alcançada. A interpretação passa a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2014. A administração não espera que a aplicação da IFRIC 21 cause um efeito relevante nas demonstrações financeiras da Companhia.

* Revisão IAS 39 - "Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge"

A revisão altera um pouco os procedimentos de descontinuação da contabilidade de hedge quando o derivativo atinge determinados critérios. A revisão tem vigência para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não renovou seus derivativos durante o exercício de 2013.

Contudo, essa revisão será aplicada nas possíveis futuras renovações de derivativos. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

4. Estimativas contábeis e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com o CPC e o IFRS exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são constantemente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e outros fatores, entre os quais expectativas de acontecimentos futuros considerados razoáveis nas circunstâncias atuais. As estimativas contábeis, por definição não são iguais aos correspondentes resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam risco significativo de causar ajuste relevante no valor contábil de ativos e passivos no exercício seguinte são discutidas a seguir:

Estimativa de pontos emitidos e não utilizados até o vencimento - Breakage

Os pontos vendidos pela Multipius têm sua receita reconhecida somente quando são resgatados. Entretanto, uma vez que cada ponto emitido tem validade de dois anos, alguns expiram antes do resgate. Essa situação é conhecida como *breakage* e gera uma receita livre de custo. No fim de cada mês, a Companhia faz uma provisão do montante equivalente à receita esperada de *breakage* (denominado passivo de *breakage*) e promove um reconhecimento gradual dessa receita na demonstração do resultado.

O passivo de *breakage* é calculado com base na média de 12 meses do percentual de pontos emitidos e não utilizados até o vencimento, aplicada sobre o faturamento de pontos. O reconhecimento gradual da receita de *breakage* é realizado de acordo com a média de 12 meses do percentual de realização dos resgates, ou seja, pelo percentual de pontos acumulados e resgatados no período, aplicado sobre o passivo calculado na forma acima e limitado ao saldo registrado.

5. Gestão de riscos

5.1 Gestão de risco financeiro

A Companhia entende que o gerenciamento de risco é fundamental para apoiar sua estratégia de crescimento e flexibilidade financeira. Desta forma, desenvolveu sua estratégia de gestão de riscos com o objetivo de proporcionar uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tanto, avalia não apenas o impacto das variáveis negociadas no mercado financeiro sobre os resultados do negócio (risco de mercado), com também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes à atividade operacional (risco comercial) e aqueles oriundos do risco de liquidez. A Companhia também está sujeita à Política de Riscos Financeiros formalizada pela sua controladora, TAM S.A., que define as regras e permite ao Departamento de Tesouraria realizar operações de proteção. A gestão dos riscos é monitorada pelo Comitê de Auditoria e Finanças da Companhia, em conjunto com o Comitê de Riscos da Controladora que tem, entre outras atribuições:

- Decidir sobre o aumento dos níveis percentuais de proteção, dentro dos limites estabelecidos na Política de Riscos Financeiros, baseado em questões estratégicas e monitorar o comparativo entre os cenários orçados e de mercado.
 - Gerenciar e administrar a exposição de riscos.
 - Monitorar o cumprimento da política de risco.
 - Estabelecer limites financeiros a todas as instituições autorizadas a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos.
 - Monitorar o desempenho das operações com instrumentos financeiros derivativos.
- Cabe ao Departamento de Tesouraria, entre outras atividades, planejar e implementar as decisões do Comitê de Riscos, certificar-se de que as operações de *hedge* foram contratadas em conformidade com os parâmetros do mercado financeiro e informar o Comitê de Riscos sobre desvios à Política. Tais derivativos, quando contratados, são usados de acordo com as políticas da Companhia, considerando a liquidez, o impacto sobre os resultados e a análise de custo/benefício de cada posição tomada.

O controle sobre o uso de derivativos inclui assegurar que as taxas em contratos de derivativos sejam compatíveis com as taxas de mercado.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger entre 25% e 100% os fluxos de caixa previstos em dólar pelo menos 12 meses subseqüentes, sendo revisada periodicamente pelo Comitê de Risco. A Companhia não opera e não negocia instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

(a) Riscos de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia está exposta a risco cambial em decorrência de suas atividades comerciais normais, visto que a maior parte dos contratos de venda de pontos com as instituições financeiras são referenciados em dólares americanos. As variações na taxa de câmbio R\$/US\$ podem afetar o seu fluxo de caixa, faturamentos futuros e resultado (pelo reconhecimento da receita se dar no momento do resgate de pontos). O risco a que a Companhia está exposta, pode ser caracterizado como a possibilidade de um fluxo de caixa futuro inferior ao projetado devido a uma eventual queda ou aumento na taxa de câmbio R\$/US\$.

Em 31 de dezembro de 2013, se o real tivesse apresentado variação em torno de 10% em relação ao dólar norte-americano, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o resultado financeiro teria uma variação, para mais ou para menos de R\$ 3.335 / R\$ 3.870 (2012 - R\$ 44.507 / R\$ 57.106), principalmente em decorrência de perdas/ganhos cambiais na conversão das operações de *hedge*.

(ii) Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia são afetados pelas variações que as taxas de juros exercem na geração da receita de juros sobre os saldos de caixa e aplicações de curto prazo.

A Companhia não possui instrumentos financeiros para proteção do fluxo de caixa contra variações nas taxas de juros, mantendo a maior parte do seu caixa em aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

6. Riscos

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado internamente e revisado pelo Comitê de Auditoria e Finanças com base na Política de Aplicações Financeiras, que determina concentrações máximas por contraparte de acordo com o tipo de aplicação financeira e a classificação de risco de crédito da instituição. O risco de crédito decorre de aplicações de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado, varejo e instituições financeiras, incluindo contas a receber em aberto. Atualmente, os recebíveis da Multipius estão concentrados em instituições financeiras e na contraparte TLA. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou com *impairment* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Os *ratings* são expressos em escala nacional. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o *rating*. A tabela abaixo unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida.

Tipo de Aplicação	Liquidez	Percentual de alocação		2013	2012
		Máxima	Mínima		
Fundo de investimento restrito	Imediata	100	50	1.248.434	849.870
Certificado de Depósito Bancário					
(“CDB”)/Letra Financeira	Máximo 4 anos	50	0	5.465	150.426
(brAAou melhor).....				<u>1.253.899</u>	<u>1.000.296</u>

- Participação por classe de ativos em 31 de dezembro de 2013:

Exposição (Risco)	Participação no Patrimônio Líquido
Selic	41,83%
Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).....	44,05%
Caixa	14,12%

- Participação por título de ativos em 31 de dezembro de 2013:

Exposição (MTM)	Participação no Patrimônio Líquido
Título Público Renda Fixa	65,86%
Título Privado Renda Fixa	34,01%
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)	0,13%

- Participação por produto de ativos em 31 de dezembro de 2013:

Produto (Valor de Mercado)	Participação no Patrimônio Líquido
Letras Financeiras do Tesouro	43,93%
Letras Financeiras / CDI	22,91%
Caixa / Operações compromissadas.....	14,15%

	2013		2012
	Nível 1	Nível 2	
Ativos financeiros mensurados ao valor justo			
Fundos de investimento restrito (i).....	1.248.434		1.248.434
Certificado de depósito bancário ("CDB").....		5.465	5.465
	<u>1.248.434</u>	<u>5.465</u>	<u>1.253.899</u>
Passivos financeiros derivativos			
Derivativo de câmbio - <i>Collar</i>		3.870	3.870
		<u>3.870</u>	<u>3.870</u>

(i) Refere-se a aplicações em títulos públicos, privados e CDBs, via fundos de investimento restritos, com a participação da controladora e suas controladas. A rentabilidade média do exercício foi de 9,33% a.a. (2012 - 8,74% a.a.), composto por títulos públicos, privados e operações compromissadas. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercado ativo é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representem transações de mercado reais e que ocorram regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1 e compreendem os Fundos de Investimento Restritos e Letra Financeira, sendo que cada um desses fundos tem uma política clara de investimentos, com limites de concentração de risco nos correspondentes investimentos. A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

6. Instrumentos financeiros por categoria

	2013	2012
Ativos conforme balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa.....		
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....		
Contas a receber.....		
Em 31 de dezembro de 2013.....	131.240	139.014
	<u>(159)</u>	<u>(584)</u>
	<u>131.081</u>	<u>138.430</u>
Passivos conforme balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais.....		
Instrumentos financeiros derivativos.....		
Em 31 de dezembro de 2013.....	129.887	129.887

7. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa.....	10.577	39.811
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.....		
Contas a receber.....	138.430	150.426
Instrumentos financeiros derivativos.....		
Em 31 de dezembro de 2012.....	178.241	194.246
	<u>194</u>	<u>194</u>
	<u>178.047</u>	<u>194.052</u>
Passivos conforme balanço patrimonial		
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais.....		
Instrumentos financeiros derivativos.....		
Em 31 de dezembro de 2012.....	129.887	129.887

8. Aplicações Financeiras

	2013	2012
Fundos de investimentos restritos.....	1.248.434	849.868
Certificado de depósito bancário ("CDB").....	5.465	2
	<u>1.253.899</u>	<u>849.870</u>

As aplicações financeiras, são mantidas majoritariamente em fundos de investimentos restrito com a participação da controladora e suas controladas (Nota 5.1(b) e Nota 5.5).

9. Contas a receber

	2013	2012
Contas a receber de clientes.....	131.240	139.014
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	(159)	(584)
	<u>131.081</u>	<u>138.430</u>
A totalidade das contas a receber é denominada em reais. A composição do saldo por vencimento é a seguinte:		
	2013	2012
A vencer.....	125.424	133.567
Vencidos:		
Até 60 dias.....	4.655	4.513
De 61 a 90 dias.....	613	193
De 91 a 180 dias.....	61	157
De 181 a 360 dias.....	333	175
Há mais de 360 dias.....	154	409
	<u>131.240</u>	<u>139.014</u>

A exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2013 é o valor contábil de cada tipo de recebível acima mencionado.

10. Partes relacionadas

Os saldos e transações com partes relacionadas refletem substancialmente os contratos assinados entre a Companhia e a TLA, conforme sumarizados abaixo:

(a) Contrato operacional
Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos e condições que regem o relacionamento entre a Companhia e a TLA, no que se refere: (i) à transferência pela TLA à Companhia da gestão, administração e operação do Programa TAM Fidelidade ("Programa"). A TLA durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 pagou à Companhia o montante de R\$ 2.295 (2012 - R\$ 3.240), referente a esta prestação de serviço. Em 16 de setembro de 2013, a TLA incorporou a gestão do Programa TAM Fidelidade, razão pela qual houve uma descontinuidade do recebimento por esses serviços; (ii) à continuidade do gozo, pelos clientes da TLA que participam do Programa, dos benefícios do Programa mediante o uso de pontos a ele concedidos; e (iii) ao resgate dos pontos pelos membros do Programa através da Rede Multiplus. Estabeleceu, também, as condições para a compra e a venda de pontos, a compra e a venda de passagens aéreas, a utilização da base de dados, a gestão do Programa TAM Fidelidade e as suas respectivas remunerações.

(b) Contrato de serviços compartilhados
Firmado em 10 de dezembro de 2009, estabeleceu os termos, condições e remuneração a ser paga pela Companhia à TLA pela utilização de serviços administrativos (por exemplo, contábil, fiscal e TI). No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia desembolsou o montante de R\$ 4.105 (2012 - R\$ 7.626) para a TLA referente à utilização desses serviços administrativos, algumas atividades contempladas neste contrato foram internalizadas pela Multiplus em 2013.

(c) Compromisso de adiantamento de compra e venda de bilhetes aéreos
Firmado em 15 de janeiro de 2010, estabeleceu os termos, condições e remuneração que regeram a aquisição antecipada pela Companhia e a venda de passagens aéreas pela TAM, emitidas de tempos em tempos e utilizadas única e exclusivamente de modo a permitir que os membros da Rede Multiplus realizassem o resgate de pontos em prestação de serviços de transporte aéreo, nos termos do Regulamento do Programa e conforme previsto no Contrato Operacional, não sendo permitido que tais recursos fossem utilizados com qualquer outra finalidade.

	2013	2012			
10.1. Saldos					
Em 31 de dezembro de 2013	TAM S.A	Prismah	TLA	TAM Viagens	Total
Ativo circulante					
Contas a receber.....	78	341	18.542	215	19.176
	<u>78</u>	<u>341</u>	<u>18.542</u>	<u>215</u>	<u>19.176</u>
Passivo circulante					
Fornecedores (i).....			80.516		80.516
Receita diferida (ii).....			95.010		95.010
			<u>175.526</u>		<u>175.526</u>
Em 31 de dezembro de 2012		Prismah	TLA	TAM Viagens	Total
Ativo circulante					
Contas a receber.....			15.744		15.744
Conta corrente.....			1.220		1.220
			<u>1.220</u>		<u>16.964</u>
Passivo circulante					
Fornecedores (i).....			28.162		28.162
Receita diferida (ii).....			98.751		99.432
			<u>126.913</u>		<u>681</u>
					<u>127.594</u>

(i) Refere-se à compra de passagens que a Multiplus realiza mensalmente junto à TLA. (ii) Saldo da receita diferida não apropriada, decorrente da venda de pontos Multiplus para a TLA e TAM Viagens.

10.2. Transações
As transações com partes relacionadas que afetaram os resultados estão assim representadas:

	Prismah	TLA	TAM Viagens	Total
Receita de bruta de resgate de pontos (i).....		161.080	664	161.744
Receita de <i>breakage</i>		78.570	344	78.914
Outras receitas (ii).....		2.295		2.295
Custo de resgate de pontos (iii).....		(1.132.972)	(864)	(1.133.836)
Despesas gerais e administrativas (iv).....	(733)	(5.525)	(72)	(6.330)
Receita financeira (v).....		26.466		26.466

(i) Refere-se à compra de passagens que a Multiplus realiza mensalmente junto à TLA. (ii) Saldo da receita diferida não apropriada, decorrente da venda de pontos Multiplus para a TLA e TAM Viagens. (iii) Os *ratings* são expressos em escala nacional. Cada agência possui uma maneira ligeiramente diferente de apresentar o *rating*. A tabela acima unifica as apresentações naquela que é, possivelmente, a mais difundida. (iv) O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se for inferior a 12 meses. (v) Os ganhos ou perdas resultantes de variações no valor justo das opções são segregados entre valor intrínseco e valor temporal. O valor intrínseco corresponde à parcela efetiva do *hedge* de fluxo de caixa e tem seu registro inicial em conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, sendo reconhecida no resultado no mesmo momento em que a operação protegida se tornou realizada e ponderando a velocidade do resgate de pontos objeto do *hedge*. O valor temporal corresponde à parcela não efetiva do *hedge* de fluxo de caixa e tem seu reconhecimento em conta específica no resultado financeiro da Companhia. A parcela inefetiva reconhecida no resultado decorrente de operações de *hedge* de fluxo de caixa, em 31 de dezembro de 2013, gerou uma perda de R\$ 19.502 (2012 - ganho de R\$ 18.438) (Nota 23). A Companhia acompanha a concentração de instrumentos financeiros em uma única contraparte. Políticas internas exigem a comunicação de concentrações excessivas ao Comitê de Riscos Financeiros. Em 31 de dezembro de 2013, a concentração de *notional* de derivativos de câmbio estão concentrados em três contrapartes, com *rating* BBB e -BBB. A Companhia considera esse risco de concentração aceitável. Não há valores dados em garantias para as operações contratadas, e todos os contratos de derivativos tem vencimento em março de 2014, sem previsão para renovação dos contratos. A tabela a seguir apresenta o respectivo *notional* e o valor justo dos derivativos em aberto por vencimento. A data de vencimento do derivativo é também a data em que a venda altamente provável de pontos deverá ser faturada. As vendas altamente prováveis de pontos deverão ser reconhecidas no resultado depois de faturadas e a administração espera que elas sejam reconhecidas no resultado em média, em até seis meses após o faturamento:

	2014	2015	Total
Valor <i>notional</i> - US\$.....	18.000	18.000	36.000
Valor justo - R\$.....	(3.870)	(3.870)	(7.740)
	<u>2013</u>	<u>2014</u>	<u>Total</u>
Valor <i>notional</i> - US\$.....	(283.000)	(18.000)	(301.000)
Valor justo - R\$.....	(30.002)	(1.118)	(31.120)

Segue detalhado no quadro abaixo as operações de derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013, por vencimento, valor de mercado dividido entre valor intrínseco e temporal, e também os valores mínimos e máximos dos *strikes* de opção de compra e venda, dado que todos os contratos de derivativos da Companhia são *zero cost collar*.

	Strike de compra mínimo	Strike de compra máximo	Strike de venda mínimo	Strike de venda máximo
Jan/2014.....	8,000 (1,903) (3,015) 1,112	1,75	2,15	1,86
Fev/2014.....	5,000 (943) (1,484) 540	1,93	2,15	2,03
Março/2014.....	5,000 (1,024) (1,484) 460	1,93	2,15	2,03
	<u>18.000 (3.870) (5.983) 2.112</u>			

A Companhia analisou os potenciais efeitos da nova norma, que não afeta de forma relevante as demonstrações financeiras de 2013, e aguarda a conversão desta em Lei para decisão quanto à adesão optativa a partir de 2014. A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, sem levar em conta a compensação de saldos na mesma jurisdição fiscal, é a seguinte:

	2013	2012
Adiantamento a fornecedores.....	6.409	21.217
	<u>6.409</u>	<u>21.217</u>
Curto prazo.....	6.409	11.572
Longo prazo.....		9.645

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados quando existe um direito legal de compensar os créditos tributários com os débitos tributários e desde que administrados pela mesma autoridade fiscal. Em 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e dispõe sobre a tributação das pessoas residentes no Brasil referente aos lucros auferidos no exterior. Um dos objetivos da norma é estabelecer os ajustes que devem ser efetuados em livro fiscal para a apuração da base de cálculo do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), com o fim da neutralidade tributária aos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07 e Lei 11.941/09.

	2013	2012
Diferenças temporárias	10.581	6.269
Provisão para perdas/ganhos com derivativos.....		
Provisão para derivativos realizados não reconhecidos no resultado.....	1.093	3.535
IOF sobre operações de <i>hedge accounting</i>	1.447	271
Outros.....	2.890	(959)
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo.....	16.011	2.420
Expectativa de realização acima de 12 meses.....	15.459	5.974
Expectativa de realização acima de 12 meses.....	552	

(1) Títulos públicos - referem-se a títulos do Governo Brasileiro de alta liquidez que têm seus preços disponíveis e baseados em transações efetivas em mercado organizado.

(2) Títulos privados - referem-se, normalmente, a títulos de dívida para os quais o valor justo é determinado com base em transações efetivas em mercado organizado (quando há liquidez) ou em fluxo de caixa descontado, com base nas curvas de juros vigentes, quando não se observam transações efetivas.

(3) Certificados de depósito e outros depósitos - valor justo determinado com base nas curvas de juros vigentes e em emissões recentes similares.

(4) Instrumentos financeiros derivativos - usualmente, esses contratos não são negociados em mercado organizado, mas em mercado de balcão (*over-the-counter*). A Companhia estima o valor justo usando a técnica do modelo *Black & Scholes*. Esse modelo é amplamente aceito no mercado e reflete os termos contratuais do derivativo. Esse modelo não possui um elevado grau de subjetividade, uma vez que as metodologias utilizadas no modelo não admitem arbitrariedade e todas as informações para o modelo são facilmente observáveis nos mercados organizados.

Os fatores que influenciam o preço das opções são: preço do ativo-objeto, preço de exercício, volatilidade de preço do ativo-objeto, taxa de juros livre de risco, tempo de duração e taxa de juros em moeda estrangeira. Para os cálculos, utilizam-se como fonte de dados as informações divulgadas pela BM&FBOvespa e Banco Central do Brasil.

5.6 Gestão de capital
A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades operacionais normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A administração monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. A estrutura do capital da Companhia é formada pelo seu endividamento líquido, definido como o total do passivo subtraído do montante de receita diferida. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, com o endividamento líquido. O capital total não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. Os índices de alavancagem são demonstrados a seguir:

	2013	2012
Total do passivo.....	1.353.026	1.152.863
(-) Receita diferida.....	(1.183.420)	(1.025.952)
Endividamento líquido (1).....	169.606	126.911
Total patrimônio líquido.....	185.883	149.246
Total do capital (2).....	355.489	276.157
Índice de alavancagem financeira (1)/(2).....	47,7	46,0

O aumento no índice de alavancagem financeira no período findo em 31 de dezembro de 2013 resultou dos seguintes fatores: a) do aumento do seu contas a pagar com a TAM Linhas Aéreas; b) do aumento da receita diferida.

	Emprestimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Total
	10.577		10.577
		1.253.899	1.253.899
	131.296		131.296
	141.873		141.873
	<u>131.296</u>	<u>1.253.899</u>	<u>1.395.772</u>
	Passivos mensurados ao custo amortizado	Derivativos usados para proteção (<i>hedge</i>)	Total
	129.887		129.887
		3.870	3.870
	<u>129.887</u>	<u>3.870</u>	<u>133.757</u>

	Emprestimos e recebíveis	Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Derivativos usados para proteção (<i>hedge</i>)	Total
	39.811	849.870	150.426		39.811
					849.870
					150.426
					138.430
					194
					<u>194</u>
					1.178.731
	Passivos mensurados ao custo amortizado	Derivativos usados para proteção (<i>hedge</i>)	Total		
	59.824		59.824		
		31.314	31.314		
	<u>59.824</u>	<u>31.314</u>	<u>91.138</u>		

	Prismah	TLA	TAM Viagens	Total
Receita bruta de resgate de pontos (i).....		209.471	207	209.678
Receita de <i>breakage</i>		87.870	100	87.970
Outras receitas (ii).....		3.240		3.240
Custo de resgate de pontos (iii).....		(1.092.156)	(589)	(1.092.745)
Despesas gerais e administrativas (iv).....		(7.626)		(7.626)
Receita financeira (v).....		2.115		2.115

(i) Valor referente à venda de pontos Multiplus para a TLA e a TAM Viagens apropriada no exercício. (ii) Valor referente à remuneração pela gestão, administração e operação do Programa TAM Fidelidade, conforme previsto no Contrato Operacional (Nota 10(a)). (iii) Valor bruto referente à compra de bilhetes aéreos e pacotes TAM Viagens como prêmio aos participantes, dado que na demonstração do resultado o custo é apresentado pelo valor líquido dos créditos de PIS e COFINS. (iv) Valor referente à remuneração paga à TLA pela prestação de serviços compartilhados, conforme Contrato de Serviços Compartilhados. (v) Valor referente ao desconto obtido da TLA pela compra de passagens em função do adiantamento realizado para a compra de passagens.

10.3 Remuneração do pessoal-chave da administração
O pessoal-chave da administração inclui os membros do Conselho de Administração, presidente e diretores estatutários. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados e conselheiros está demonstrada a seguir:

	2013	2012
Benefícios de curto prazo		
Honorários do conselho de administração.....	515	687
Salários e participações no resultado/bônus.....	3.812	4.199
Plano de pensão de contribuição definida.....	98	103
Impostos e contribuições sociais.....	237	867
	<u>4.662</u>	<u>5.856</u>
Remuneração baseada em ações.....	1.487	2.548
	<u>6.149</u>	<u>8.404</u>

Não há outros benefícios de longo prazo e pós-emprego às pessoas-chave da administração em 31 de dezembro de 2013.

11. Instrumentos financeiros derivativos
A distribuição do valor justo por classificação de crédito das contrapartes em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é apresentada a seguir:

	Local de negociação	2013	2012
AAA+, AA ou AA-.....	<i>Over-the-counter</i>	(1.821)	(4.538)
BBB ou -BBB.....	<i>Over-the-counter</i>	(2.049)	(26.582)
		<u>(3.870)</u>	<u>(31.120)</u>
Ativo circulante			194
Ativo não circulante.....			<u>194</u> </



multiplus

MULTIPLUS S.A.
CNPJ/MF nº 11.094.546/0001-75



Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Deliberação	Data de Pagamento	Tipo de Rendimento	Valor Bruto	Valor Bruto Por Ação	Valor Líquido	Valor Líquido Por Ação
RCA - 27/02/2013 - Ref. 2012	18/03/2013	Dividendos	64.068	0,39557	64.068	0,39557
	18/03/2013	JCP	3.068	0,01895	2.638	0,01611
RCA - 08/05/2013 - Ref. 2013	22/05/2013	Dividendos	41.701	0,25747	41.701	0,25747
	22/05/2013	JCP	2.806	0,01733	2.385	0,01472
RCA - 07/08/2013 - Ref. 2013	20/08/2013	Dividendos	51.966	0,32085	51.966	0,32085
	20/08/2013	JCP	2.596	0,01603	2.207	0,01363
RCA - 06/11/2013 - Ref. 2013	22/11/2013	Dividendos	56.076	0,34623	56.076	0,34623
	22/11/2013	JCP	2.820	0,01741	2.397	0,01480
			225.101		223.438	

Em 31 de dezembro de 2012

Deliberação	Data de Pagamento	Tipo de Rendimento	Valor Bruto	Valor Bruto Por Ação	Valor Líquido	Valor Líquido Por Ação
RCA - 07/11/2012 - Ref. 2012	19/11/2012	Dividendos	146.810	0,90661	146.810	0,90661
	19/11/2012	JCP	8.526	0,05265	7.317	0,04475
			155.336		154.127	

(h) Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ("JCP")

Durante o exercício de 2013, a Companhia realizou os seguintes pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio:
 - Em 27 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a distribuição integral do saldo da reserva de lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, após efetuadas as retenções legais e as deduções dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos antecipadamente, sendo distribuídos como dividendos o valor de R\$ 64.068, correspondente a R\$ 0,39557 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 3.068, correspondente a R\$ 0,01895 por ação, ou de R\$ 2.638, líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$ 0,01611 por ação. O total pago de dividendos e juros sobre capital próprio, referente ao exercício de 2012, foi de R\$ 220.803, líquido de impostos.
 Em 08 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 41.701, correspondente a R\$ 0,25747 por ação, e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 2.806, correspondente a R\$ 0,01733 por ação, ou de R\$ 2.385, líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$ 0,01472 por ação.
 - Em 07 de agosto de 2013, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 51.966, correspondente a R\$ 0,32085 por ação, e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 2.596, correspondente a R\$ 0,01603 por ação, ou de R\$ 2.207, líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$ 0,01363 por ação.

* Em 06 de novembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 56.076, correspondente a R\$ 0,34623 por ação, e juros sobre capital próprio no valor de R\$ 2.820, correspondente a R\$ 0,01741 por ação, ou de R\$ 2.397, líquido de imposto de renda na fonte, correspondente a R\$ 0,01480 por ação.

19. Plano de remuneração baseado em ações

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 4 de outubro de 2010, os acionistas da Companhia aprovaram a diluição máxima de 3% (três por cento) do número de ações em circulação que poderá ser utilizada pela diretoria para concessão de opções aos seus funcionários. O quadro abaixo demonstra a movimentação incorrida nos exercícios de 2013 e 2012.

Em 31 de dezembro de 2011

	Número de opções em	Preço médio de exercício
Outorgadas.....	1.577.278	14,64
Exercidas.....	440.563	31,41
Não exercidas por desligamento.....	(593.021)	15,48
	(533.559)	15,82
Em 31 de dezembro de 2012	891.261	23,35
Outorgadas.....	772.066	36,69
Exercidas.....	(40.324)	12,28
Não exercidas por desligamento.....	(540.540)	15,13
	1.082.463	28,43

Em 31 de dezembro de 2013

Sob os termos do plano, as opções cedidas para a outorga regular são divididas em três partes iguais e os empregados poderão exercer uma terça parte das suas opções de dois, três e quatro anos, respectivamente, se ainda empregados pela Companhia naquela ocasião. A vida contratual das opções é de sete anos após a outorga da opção. A 1ª outorga extraordinária foi dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas metade das suas opções depois de três anos e a outra metade após quatro anos. A 2ª outorga extraordinária foi também dividida em duas partes iguais que poderão ser exercidas após um ano e dois anos, respectivamente.

A opção contém uma "condição de serviço", na qual o exercício das opções depende exclusivamente da prestação de serviços pelo empregado por período pré-definido. Os empregados demitidos têm a obrigação de atender a determinadas condições suspensivas para a manutenção do direito de exercício das opções.

As opções são avaliadas pelo modelo de precificação *Black-Scholes*. A tabela a seguir mostra os detalhes das variações nas opções, em conjunto com as variáveis utilizadas para avaliação das opções concedidas. O preço de exercício é ajustado pelo IGP-M, a partir da data de concessão das opções até a data de exercício.

Em 2013 foram contabilizados no resultado do exercício R\$4.863 (em 2012 – R\$8.155) relativos à despesa incorrida com o plano de remuneração baseado em ações, e no patrimônio líquido o saldo acumulado em 2013 é de R\$ 24.471 (2012 - R\$ 19.608).

Em 2013 foram contabilizados no resultado do exercício R\$4.863 (em 2012 – R\$8.155) relativos à despesa incorrida com o plano de remuneração baseado em ações, e no patrimônio líquido o saldo acumulado em 2013 é de R\$ 24.471 (2012 - R\$ 19.608).

Em 2013 foram contabilizados no resultado do exercício R\$4.863 (em 2012 – R\$8.155) relativos à despesa incorrida com o plano de remuneração baseado em ações, e no patrimônio líquido o saldo acumulado em 2013 é de R\$ 24.471 (2012 - R\$ 19.608).

Em 2013 foram contabilizados no resultado do exercício R\$4.863 (em 2012 – R\$8.155) relativos à despesa incorrida com o plano de remuneração baseado em ações, e no patrimônio líquido o saldo acumulado em 2013 é de R\$ 24.471 (2012 - R\$ 19.608).

	1ª Outorga	2ª Outorga	3ª Outorga	4ª Outorga	1ª Outorga extraordinária	2ª Outorga extraordinária	3ª Outorga extraordinária	4ª Outorga extraordinária	Total
Data da outorga.....	4/10/2010	8/11/2010	16/4/2012	3/4/2013	4/10/2010	4/10/2010	16/4/2012	20/11/2013	
Data da última modificação.....	30/06/2011	30/06/2011	N/A	N/A	30/06/2011	30/06/2011	N/A	N/A	
Quantidade de ações.....	98.391	36.799	378.517	566.491	1.370.999	154.570	62.046	205.575	2.873.388
Preço de exercício na data da outorga após a modificação.....	23,61	27,83	31,41	38,59	12,28	16,28	31,41	26,50	
Taxa de juros, isenta de risco - %.....	12,15	12,15	10,30	7,16	12,15	11,88	8,86	8,99	
Tempo médio contratual -anos.....	4,63	4,67	4,75	5,00	4,88	3,25	4,75	3,54	
Rendimento esperado do dividendo - %.....	2,60	2,60	4,17	4,49	2,60	2,59	4,17	4,96	
Volatilidade das ações no mercado - %.....	33,79	33,79	32,78	34,56	33,79	34,24	32,78	34,59	
Preço no mercado acionário na data da outorga - R\$.....	26,90	31,55	38,36	30,60	26,90	26,90	38,36	28,00	
Preço no mercado acionário na data da última modificação - R\$.....	27,20	27,20	N/A	N/A	27,20	27,10	N/A	N/A	
Valor justo da opção na data da outorga - R\$.....	11,58	14,06	14,68	6,53	16,91	10,53	13,86	7,80	
Valor justo da opção na data da modificação - R\$.....	12,17	10,71	N/A	N/A	17,35	14,29	N/A	N/A	
Preço médio de exercício ajustado - 31/12/2013.....	28,90	33,95	35,62	40,33	15,13	15,13	4,00	26,66	
Média da vida útil contratual remanescente - 31/12/2013.....	3,83	3,88	4,57	5,00	4,00	4,00	N/A	N/A	
Quantidade de opções em circulação - 31/12/2013.....	11.289	2.245	166.236	334.207	362.911			205.675	1.082.463
Quantidade de opções a exercer - 31/12/2013.....									
Valorização das opções em circulação - 31/12/2013 - R\$.....	325.123	76.218	5.921.338	13.478.555	5.490.843			5.480.630	30.772.707
A volatilidade esperada se baseia na volatilidade histórica das ações da Companhia negociadas em Bolsa. A vida contratual remanescente média se baseia na expectativa de exercício.									

20. Receita por natureza	2013	%	2012	%	Variação no período - %
Receita					
De resgate de pontos.....	1.607.865	88,2	1.425.055	87,5	12,83
Hedge de receita de pontos.....	(30.568)	(1,7)	(14.433)	(0,9)	111,79
Breakage.....	242.394	13,3	214.254	13,2	13,13
De prestação de serviços.....	2.295	0,2	3.240	0,2	(29,17)
Outras receitas.....			27	0,00	(100,00)
Receita bruta.....	1.821.986	100,0	1.628.143	100,0	11,91
Impostos e outras deduções.....	(171.176)		(152.129)		12,52
Receita líquida.....	1.650.810		1.476.014		11,84

21. Custos e despesas operacionais por natureza

	2013	%	2012	%	Variação no período - %
Pessoal					
Honorários da administração.....	13.868		30.302		44,307
Custo de resgate de pontos (i).....			515		515
Depreciação e amortização.....	1.218.238		8.272		1.218.238
Serviços de terceiros.....	332		47.874		8,604
Vendas e marketing.....	2.723		20.993		50,597
Outras.....	18.249		22.634		3,7
Em 31 de dezembro de 2013	1.218.238		109.099		1.365,887
Pessoal.....	38.550		31.863		39,140
Honorários da administração.....	7.277		687		687
Custo de resgate de pontos (i).....			1.092.431		88,2
Depreciação e amortização (ii).....	1.092.431		5.841		0,5
Serviços de terceiros.....	9.484		39.317		48,801
Vendas e marketing.....	22.582		22.582		1,8
Outras.....	1.719		27.206		28,925
Em 31 de dezembro de 2012	1.092.431		41.062		1.238,407

(i) Líquido dos créditos de PIS e COFINS.

22. Benefícios a empregados

Os custos de pessoal têm a seguinte composição:

	2013	2012
Salários e bonificações.....	31.333	24.527
Remuneração baseada em ações.....	4.863	8.155
Plano de pensão de contribuição definida.....	374	340
Impostos e contribuições sociais.....	7.737	6.118
	44.307	39.140

23. Resultado financeiro

	Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado	Mantidos até o vencimento	Derivativos usados para proteção (hedge)	Total	Valores em milhares de reais	Quantidade
Receitas/Ganhos						
Receita de juros sobre aplicações financeiras.....	61.753	3.333		65.086		
Desconto sobre adiantamento para compra de passagens.....	26.956			26.956		
Outros.....	879			879		
	89.588	3.333		92.921	3.129	179
Despesas/Perdas						
Juros passivos.....	(193)			(193)		
Despesas Bancárias.....	(106)			(106)		
Perdas com derivativos designados como hedge accounting.....			(19.502)	(19.502)		
Outros.....	(905)		(4.443)	(5.348)		
	(1.204)		(23.039)	(24.243)		
	88.384	3.333	(23.039)	68.678	2.841	213
Resultado Líquido em 31 de dezembro de 2013						
Receitas/Ganhos						
Receita de juros sobre aplicações financeiras.....	71.062	14.660		85.722		
Desconto sobre adiantamento para compra de passagens.....	2.391			2.391		
Ganhos com derivativos designados como hedge accounting.....			17.647	17.647		
Outros.....	960			960		
	74.413	14.660	17.647	106.720		
Despesas/Perdas						
Juros passivos.....	(155)			(155)		
Despesas Bancárias.....	(67)			(67)		
Outros.....	(283)		(1.364)	(1.647)		
	(505)		(1.364)	(1.869)		
Resultado Líquido em 31 de dezembro de 2012	73.908	14.660	16.283	104.851		

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

Multiplus S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Multiplus S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiplus S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstração do Valor Adicionado
 Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase - operações com partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais em montantes relevantes com partes relacionadas, as quais são realizadas nas condições referidas na Nota 10. Nossa conclusão não está ressalvada em virtude desse assunto.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2014

pwc
 PricewaterhouseCoopers
 Auditores Independentes
 CRC 2SP00160/O-5

Felipe Edmond Ayoub
 Contador
 CRC 1SP187402/O-4

Contador

Wellington de Oliveira - CRC nº 1SP259869/O-6

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes

Declaração

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Multiplus S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na rua Ministro Jusélio Cardoso, 454, na